

8 – QUINTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2025

por 1 mês, referente ao 8º quinquênio, no período de 02/06/2025 a 02/07/2025. Paulo Sérgio Resende do Carmo - MASP 1.023.881-4, por 3 meses, referentes ao 3º quinquênio, no período de 09/06/2025 a 09/09/2025. Viviane Allian Barros - MASP 326.453-8, por 1 mês, referente ao 5º quinquênio, no período de 02/06/2025 a 02/07/2025.

AUTORIZAÇÃO AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos da Resolução SEPLAG nº 22, de 25/04/2013 e conforme Decreto nº 48.173, de 08/04/2012, aos servidores: Alexandre Roberto Pinto - MASP 890.100-1, por 15 dias, referentes ao 1º quinquênio, no período de 09/06/2025 a 23/06/2025. Sérgio Salvato - MASP 904.555-0, por 15 dias, referentes ao 3º quinquênio, no período de 02/06/2025 a 16/06/2025.

28.2081573 - 1

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Secretário: Rogério Greco

Expediente

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Savano Junger Froede, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Disciplinar Simplificado por meio da PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUS/PPDS nº 031/2024, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 08 de Agosto de 2024, tendo em vista o disposto no artigo 234 da Lei nº 869/1952, INTIMA o ex- prestadora de serviços na função de Agente de Segurança Penitenciária, BARBARA T. C. ARNAL - MASP 1.54x.5x6-7, durante 08 (oito) publicações consecutivas, para, querendo, comparecer à audiência de oitiva de testemunhas redesignada para o dia 26/06/2025 (quinta-feira), às 09h00, 10h00, 10h40, 11h20, 14h20,15h00 e 15h40, bem como, para seu INTERROGATÓRIO que será realizado às 16h20 do dia 26/06/2024, em modalidade de videoconferência através da plataforma Google Meet, no link: <https://meet.google.com/gde-ibhcs>, ficando a Comissão à disposição através do endereço e-mail nucad51rps@gmail.com, para dirimir eventuais dúvidas e/ou fornecer orientações. Neste ato, fica a processada ciente que poderá constituir procurador para acompanhar as oitivas, em observância ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, sob pena de REVELIA, e designação de advogado para fins de interposição de recurso. C. ARNAL - MASP 1.54x.5x6-7, PROCESSADA no PDS 031/2024. Teófilo Ottoni-MG, 21 de maio de 2025. Savano Junger Froede Masp: 1.173.784-8 Presidente da Comissão

21.2078497 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

A Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 278/2025, Késia Cristina Melo Avelar, conforme PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUS/PPAD Nº 278/2025, publicada no Minas Gerais de 01 de maio de 2025, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o processado abaixo relacionado para comparecer perante esta Comissão Processante, apresentando na sede da 8ª Risp, sito à Avenida Minas Gerais, 2100 - Bairro Maria Eugênia - 3º Andar - Governador Valadares/MG - CEP 35057-700, nos dias úteis, das 08h00min às 16h00min, com prévio agendamento através do endereço e-mail comissao@crip@gmail.com, no prazo de 10 dias a contar da oitiva e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Administrativo Disciplinar, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de testemunhas e defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizaram, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, condatada que se comprovada remete ao descumprimento do disposto nos artigos 216, incisos V e VI, combinados com o art. 245, caput e parágrafo único, e art. 246, inciso I, todos da Lei 869/1952, estando sujeito a uma das penalidades previstas no art. 244, incisos I e III do referido Diploma Estatutário, sob pena de REVELIA. RODRIGO M. CARDOSO - MASP 1.43x.5x9-5. PROCESSO NO PAD 278/2025. Governador Valadares, 23 de maio de 2025. Késia Cristina Melo Avelar Masp: 1.380.532-0 Presidente da Comissão

23.2079411 - 1

EXTRATO DA PORTARIA DEPEN

Nº 28/2025, DE 28 DE MAIO DE 2025
O Ordenador de Despesas, Carlos Vinícius de Souza Figueiredo, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidas pela Lei Federal nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Lei Estadual nº 14.184/2012, Lei Estadual nº 13.994/2001, Decreto Estadual nº 45.902/2012, Resolução SEJUSP nº 155 de 29 de janeiro de 2025, IOF/MG - 30/01/2025 - página 13, alterada pela Resolução SEJUSP Nº 293 de 24 de fevereiro de 2025, IOF/MG - 27/02/2025, Resolução SEJUSP Nº 107, de 3 de maio de 2020, em cumprimento à Resolução SEPLAG nº 37/2005, finda o presente processo administrativo de débito em face do servidor J. A. de MASP: 378248-9. Reconhece-se o débito alegado pagante da Administração Pública de constituir crédito decorrente do alegado pagamento indevido encontra-se fulminado pela decadência, razão pela qual CONCLUI-SE pelo arquivamento, sem a adoção de medidas de ressarcimento pelo servidor, por ausência de pressupostos legais que autorizem a atuação estatal nesse sentido.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública,

Belo Horizonte, 28 de maio de 2025.

Carlos Vinícius de Souza Figueiredo

Assessor Orçamentário e Financeiro - DEPEN/MG

28.2081343 - 1

ATO 513, DE 27 DE MAIO DE 2025.

OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA ATO Nº 513/2025
REGISTRO, OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do art. 27, do inciso II, da Lei Delegada nº 174, de 26/01/2007, alterado pelo art. 7º da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, dos servidores: MASP 1448623, DANIEL MOREIRA DE SOUZA, PP - POLICIAL PENAL, Nível II, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 23/05/2025. MASP 1367758, GABRIEL VINICIUS OSTI PEREIRA, PP - POLICIAL PENAL, Nível II, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 23/05/2025. MASP 13842603, PAULO HENRIQUE FERREIRA GONCALVES, PP - POLICIAL PENAL, Nível III, Grau B, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 23/05/2025. MASP 10833663, UARLENSON CESAR SILVA, PP - POLICIAL PENAL, Nível II, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 23/05/2025. MASP 3778099, MARCIO ALVES LEOAO, PP - POLICIAL PENAL, Nível I, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-1, a partir de 23/05/2025. MASP 1383446, RICHARD NAVAR DA SILVA BETAS, PP - POLICIAL PENAL, Nível III, Grau B, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 23/05/2025. MASP 10957819, RONILSON GUMARAES DANTAS FALCAO, PP - POLICIAL PENAL, Nível IV, Grau A, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-5, a partir de 23/05/2025.

ASP 14359830, THIAGO DE CASTRO COSTA, PP - POLICIAL PENAL, Nível II, Grau C, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-7, a partir de 23/05/2025. MASP 13722327, PAULO HENRIQUE BATISTA DAMASCENO, PP - POLICIAL PENAL, Nível II, Grau D, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 27/05/2025.

Ana Louise Freitas Nogueira

Superintendente de Recursos Humanos

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

28.2081175 - 1

EXTRATO - TERMO DE ENCERRAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO Nº 88/2018 (Processo SEI 1450.011017045019-19. Proced-se à retificação dos atos processuais nos moldes dos apontamentos constantes dos itens I a M do Controle de Legalidade e ratifica-se a decisão anteriormente consignada, CONCLUINDO pela necessidade de ressarcimento ao erário dos valores indevidamente recebidos. Lavra-se o Termo de Encerramento e NOTIFICA o interessado ADRIANO VIEIRA MARTINS, MASP 1217355-5. Não havendo manifestação ou ação do interessado em liquidar espontaneamente o débito, resolve no termo da legislação vigente, no prazo de 30 dias, encerrar o débito para a Advocacia-Geral do Estado para as providências legais cabíveis.

Leonardo Bráulio Ferreira Nogueira

Presidente da Comissão de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente

EXTRATO - TERMO DE ENCERRAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO Nº 03/2018 (Processo SEI 1450.011016062019-55. Proced-se à retificação dos atos processuais nos moldes dos apontamentos constantes dos itens I a M do Controle de Legalidade e ratifica-se a decisão anteriormente consignada, CONCLUINDO pela necessidade de ressarcimento ao erário dos valores indevidamente recebidos. Lavra-se o Termo de Encerramento e NOTIFICA o interessado ACACIO ALVES RODRIGUES, MASP 1349529-6. Não havendo manifestação ou ação do interessado em liquidar espontaneamente o débito, resolve no termo da legislação vigente, no prazo de 30 dias, encerrar o débito para a Advocacia-Geral do Estado para as providências legais cabíveis.

Leonardo Bráulio Ferreira Nogueira

Presidente da Comissão de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente

EXTRATO - TERMO DE CONCLUSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO Nº 018/2018 (Processo SEI 1450.0110051425/2020-51. Proced-se à retificação dos atos processuais nos moldes dos apontamentos constantes dos itens I e O do Controle de Legalidade, e ratifica-se a decisão anteriormente consignada, CONCLUINDO-SE pela necessidade de ressarcimento ao erário dos valores indevidamente recebidos. Lavra-se o Termo de CONCLUSÃO e NOTIFICA a interessada MARIANA RIBEIRO DE QUEIROZ, MASP 13511759-4, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação deste extrato, apresentar recurso ante decisão proferida nos autos. Não havendo manifestação ou ação da interessada em liquidar espontaneamente o débito, resolve no termo da legislação vigente, no prazo de 30 dias, encerrar o débito para a Advocacia-Geral do Estado para as providências legais cabíveis.

Leonardo Bráulio Ferreira Nogueira

Presidente da Comissão de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente

EXTRATO - TERMO DE CONCLUSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO Nº 51/2018 (Processo SEI 1450.00514162020-03. Proced-se à retificação dos atos processuais nos moldes dos apontamentos constantes dos itens D a O do Controle de Legalidade, e ratifica-se a decisão anteriormente consignada, CONCLUINDO-SE pela necessidade de ressarcimento ao erário dos valores indevidamente recebidos. Lavra-se o Termo de CONCLUSÃO e NOTIFICA o interessado MARCOS LUIS DIAS, MASP 1129206-1, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação deste extrato, apresentar recurso ante decisão proferida nos autos. Não havendo manifestação ou ação do interessado em liquidar espontaneamente o débito, resolve no termo da legislação vigente, no prazo de 30 dias, encerrar o débito para a Advocacia-Geral do Estado para as providências legais cabíveis.

Leonardo Bráulio Ferreira Nogueira

Presidente da Comissão de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente

EXTRATO - TERMO DE CONCLUSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO Nº 1450.0110042649/2025-17. O Sr. Leonardo Bráulio Ferreira Nogueira, Presidente da Comissão para Recuperação de Valores Pagos Indevidamente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, criada pela Resolução SEJUSP nº 107, de 3 de maio de 2020, em cumprimento à Resolução SEPLAG nº 37/2005, finda o presente processo administrativo de débito em face do servidor J. A. de MASP: 378248-9. Reconhece-se o débito alegado pagante da Administração Pública de constituir crédito decorrente do alegado pagamento indevido encontra-se fulminado pela decadência, razão pela qual CONCLUI-SE pelo arquivamento, sem a adoção de medidas de ressarcimento pelo servidor, por ausência de pressupostos legais que autorizem a atuação estatal nesse sentido.

Leonardo Bráulio Ferreira Nogueira

Presidente da Comissão de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente

EXTRATO - TERMO DE CONCLUSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO Nº 1450.0110053816/2025-81. O Sr. Leonardo Bráulio Ferreira Nogueira, Presidente da Comissão para Recuperação de Valores Pagos Indevidamente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, criada pela Resolução SEJUSP nº 107, de 3 de maio de 2020, em cumprimento à Resolução SEPLAG nº 37/2005, finda o presente processo administrativo de débito em face do servidor W. M. MASP 902280-7. Reconhece-se que o direito da Administração Pública de constituir crédito decorrente do alegado pagamento indevido encontra-se fulminado pela decadência, razão pela qual CONCLUI-SE pelo arquivamento, sem a adoção de medidas de ressarcimento pelo servidor, por ausência de pressupostos legais que autorizem a atuação estatal nesse sentido.

Leonardo Bráulio Ferreira Nogueira

Presidente da Comissão de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente

EXTRATO - TERMO DE CONCLUSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO Nº 1450.0110054137/2025-47. O Sr. Leonardo Bráulio Ferreira Nogueira, Presidente da Comissão para Recuperação de Valores Pagos Indevidamente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, criada pela Resolução SEJUSP nº 107, de 3 de maio de 2020, em cumprimento à Resolução SEPLAG nº 37/2005, finda o presente processo administrativo de débito, CONCLUINDO-SE que o servidor S. L. de MASP: 1284154-0 está isento da obrigação de ressarcir os valores recebidos indevidamente, nos termos da jurisdição consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), especialmente nos Temas Repetitivos 531 e 1009. Referidos precedentes estabelecem que, nos casos em que o pagamento indevido decorre de erro de interpretação da legislação pela própria Administração Pública, essa circunstância pode gerar, por si só, a expectativa de que os valores pagos "inadequadamente" seriam legítimos. Inexistindo comprovação de dolo, má-fé, afasta-se a pretensão estatal de restituição dos valores.

Leonardo Bráulio Ferreira Nogueira

Presidente da Comissão de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente

EXTRATO - TERMO DE CONCLUSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO Nº 1450.0110054137/2025-47. O Sr. Leonardo Bráulio Ferreira Nogueira, Presidente da Comissão para Recuperação de Valores Pagos Indevidamente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, criada pela Resolução SEJUSP nº 107, de 3 de maio de 2020, em cumprimento à Resolução SEPLAG nº 37/2005, finda o presente processo administrativo de débito, CONCLUINDO-SE que o servidor S. L. de MASP: 1284154-0 está isento da obrigação de ressarcir os valores recebidos indevidamente, nos termos da jurisdição consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), especialmente nos Temas Repetitivos 531 e 1009. Referidos precedentes estabelecem que, nos casos em que o pagamento indevido decorre

DIÁRIO DO EXECUTIVO

de erro de interpretação da legislação pela própria Administração Pública, essa circunstância pode gerar, por si só, a expectativa de que os valores pagos "inadequadamente" seriam legítimos. Inexistindo comprovação de dolo, má-fé, afasta-se a pretensão estatal de restituição dos valores.

Leonardo Bráulio Ferreira Nogueira

Presidente da Comissão de Recuperação de Valores Pagos Indevidamente

28.2081460 - 1

ATO 00505/2025 - REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR RESPONSÁVEL POR EXCEPCIONAL. CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para vinte horas semanais, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por 06 meses, aos servidores relacionados: MASP: 1095580-5, ALESSANDRO GONCALVES SANTOS, em prorrogação, a contar de 19/05/2025; MASP: 1374800-9, RODRIGO DE ARAUJO CAMPELO, em prorrogação, a contar de 22/04/2025; MASP: 1376948-0, OTAVIANO BRANDAO DA SILVA, em prorrogação, a contar de 19/04/2025; MASP: 1468235-3, VIVIANE DE MELO QUEIROZ, em prorrogação, a contar de 08/05/2025; MASP: 1446879-7, PABLO PINTO NEVES, em prorrogação, a contar de 25/02/2025; MASP: 1106852-5, VANDERSON PEREIRA DE SOUZA, em prorrogação, a contar de 14/03/2025; MASP: 1213371-6, TALITA NARRARA DE FARIA SOUSA, em prorrogação, a contar de 10/05/2025; MASP: 1167295-3, MARCIA GONCALVES DA CRUZ, a contar da data de publicação; MASP: 1452358-3, DANIEL DIAS BORGES, em prorrogação, a contar de 16/01/2025.

Belo Horizonte, 27 de maio de 2025.

Ana Luisa Silva Falcão

Chefe de Gabinete

(Respondendo pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública)

ATO 00514/2025 - REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO AO SERVIDOR RESPONSÁVEL POR EXCEPCIONAL. CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para vinte horas semanais, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por 06 meses, ao servidor relacionado: Onde se lê: CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para vinte horas semanais, em cumprimento da decisão judicial contida no Processo Judicial nº 5014601-65.2025.8.13.0145, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por 06 meses, ao servidor relacionado: Onde se lê: CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para vinte horas semanais, em cumprimento da decisão judicial contida no Processo Judicial nº 5014601-65.2025.8.13.0145. Belo Horizonte, 27 de maio de 2025.

Ana Luisa Silva Falcão

Chefe de Gabinete

(Respondendo pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública)

28.2081037 - 1

REMOVED "A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL", nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor: V) RODRIGO ALISSON FERNANDES - CPF 001.XXX.XXX-39, Supervisor do Contrato de Gestão, pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública;

III) Roxanne Mussolini Pimentel - CPF 125.XXX.XXX-39, representante indicada pela Organização Social, Instituto Jurídico para Eletividade da Cidadania e Saúde - Avante Social;

IV) Bruna Fioravante de Matos, MASP 752.685-5, representante indicada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;

III) Ana Paula Coutinho Canab e Souza - CPF 043.XXX.XXX-06, representante indicada pelo Conselho de Políticas Públicas da área correspondente de atuação (CESPDS);

V) Rodrigo Alisson FERNANDES - CPF 001.XXX.XXX-80, especialista da área em que se enquadra o objeto do Contrato de Gestão, não integrante da administração pública estadual.

§ 2º - A execução do membro representante indicado pela OS, será impedida de participar da comissão de avaliação do contrato de gestão pessoal, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com a OS parceira, deverá se declarar formalmente impedido, nos termos do Regulamento;

§ 2º - Na hipótese de ausência do(a) Supervisor(a) do Contrato de Gestão, o(a) Adjunto(a) assumirá as atribuições.

Art. 3º - A Supervisora designada no inciso I do art. 2º desta resolução, terá as atribuições previstas no art. 55 do Decreto Estadual nº 47.553/2018, além das demais previstas no mesmo decreto e na Lei Estadual nº 23.081, de 2018.

Art. 4º - Os integrantes da comissão de avaliação não poderão receber remuneração pelas atividades realizadas nesta condição, bem como o desempenho das atividades ocorrerá sem prejuízo das demais atribuições inerentes aos cargos dos servidores.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2025.

Ana Luisa Silva Falcão

Chefe de Gabinete

(Respondendo pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública)

REMOVED "A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL", nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor: MASP 1453388-9, EMILIANO SOUZA MACHADO, referente ao cargo efetivo Analista Executivo de Defesa Social - Servidor Público Nível Superior, do Centro de Remanejamento do Sistema Prisional de Minas Gerais, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0079563/2025-14.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2025.

Ana Luisa Silva Falcão

Chefe de Gabinete

(Respondendo pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública)

REMOVED "A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL", nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor: MASP 1388984-6, REGINA FREITAS DE SOUZA, referente ao cargo efetivo Policial Penal, do Presídio de São João Del Rei, para o Presídio de Canópolis, conforme documentos constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0048424/2025-68.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2025.

Ana Luisa Silva Falcão

Chefe de Gabinete

(Respondendo pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública)

REMOVED "A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL", nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor: MASP 1383084-9, JULIANO PAIM MARCONDES, referente ao cargo efetivo Policial Penal, do Presídio de Alfenas, para o Presídio de Leopoldina, conforme documentos constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0053130/2025-76.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2025.

Ana Luisa Silva Falcão

Chefe de Gabinete

(Respondendo pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública)

REMOVED EM CUMPRIMENTO A DECISÃO JUDICIAL proferida no Processo Judicial nº 5003727-51.2024.8.13.0096, os servidores: MASP 1453388-9, EMILIANO SOUZA MACHADO, referente ao cargo efetivo Policial Penal, do Presídio de Tapacuruna, para o Presídio de Canópolis. MASP 1443450-0, IAGO LOURENCO BORGES, referente ao cargo efetivo Policial Penal, do Presídio de Tapacuruna, para o Presídio de Canópolis. MASP 1448992-0, ROGERIO CANDIDO DE MELO, referente ao cargo efetivo Policial Penal, do Presídio de Tapacuruna, para o Presídio de Canópolis. MASP 1445738-6, RAPHAEL FERREIRA DA SILVA, referente ao cargo efetivo Policial Penal, do Presídio de Tapacuruna, para o Presídio de Canópolis, conforme documentos constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0096627/2025-36.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2025.

Ana Luisa Silva Falcão

Chefe de Gabinete

(Respondendo pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública)

REMOVED "EX OFFICIO", nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a): MASP 1053365-9, ALESSANDRO GORDANI DE PAULA, referente ao cargo efetivo Agente de Segurança Socioeducativo, do Centro Socioeducativo de Riberião das Neves, para a Diretoria de Material e Patrimônio, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0095514/2025-17.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2025.

ANA LUISA SILVA FALCÃO

Chefe de Gabinete

(Respondendo pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública)

REMOVED "EX OFFICIO", nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a): MASP 1440019-0, ANGELICA PRISCILLA DE BRITO, referente ao cargo efetivo Analista Executivo de Defesa Social - Assistente Social, do Centro Socioeducativo Riberião das Neves, para o Centro Socioeducativo Horto, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0098714/2025-44.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2025.

ANA LUISA SILVA FALCÃO

Chefe de Gabinete

(Respondendo pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública)

28.2081561 - 1

ATO Nº 495/2025 DE RETIFICAÇÃO DE PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE ADICIONAL. Retifica na Resolução SEJUSP Nº 478, de 22 de abril de 2025, publicada em 29 de abril de 2025, que dispõe sobre Promoção por Escolaridade Adicional, concedida ao servidor Lúe Andrade Faria - MASP: 1082386-2, a parte referente ao posicionamento, em virtude de erro material. Em Anexo II. Onde se lê: "31/08/2021" - Leia-se: "31/08/2023"

Belo Horizonte, 22 de maio de 2025.

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

28.2081275 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 708, DE 28 DE MAIO DE 2025.
Constitui a Comissão de Avaliação destinada à análise dos resultados alcançados no Contrato de Gestão nº 14/2025, com a Organização Social Instituto Jurídico para Eletividade da Cidadania e Saúde, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Art. 1º - A comissão de avaliação será composta por: I) Manuella de Paula Martins Pereira - MASP 1.484.786-7, Supervisora do Contrato de Gestão, pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública;

II) Roxanne Mussolini Pimentel - CPF 125.XXX.XXX-39, representante indicada pela Organização Social, Instituto Jurídico para Eletividade da Cidadania e Saúde - Avante Social;

III) Bruna Fioravante de Matos, MASP 752.685-5, representante indicada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;

IV) Ana Paula Coutinho Canab e Souza - CPF 043.XXX.XXX-06, representante indicada pelo Conselho de Políticas Públicas da área correspondente de atuação (CESPDS);

V) Rodrigo Alisson FERNANDES - CPF 001.XXX.XXX-80, especialista da área em que se enquadra o objeto do Contrato de Gestão, não integrante da administração pública estadual.

§ 2º - A execução do membro representante indicado pela OS, será impedida de participar da comissão de avaliação do contrato de gestão pessoal, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com a OS parceira, deverá se declarar formalmente impedido, nos termos do Regulamento;

§ 2º - Na hipótese de ausência do(a) Supervisor(a) do Contrato de Gestão, o(a) Adjunto(a) assumirá as atribuições.

Art. 3º - A Supervisora designada no inciso I do art. 2º desta resolução, terá as atribuições previstas no art. 55 do Decreto Estadual nº 47.553/2018, além das demais previstas no mesmo decreto e na Lei Estadual nº 23.081, de 2018.

Art. 4º - Os integrantes da comissão de avaliação não poderão receber remuneração pelas atividades realizadas nesta condição, bem como o desempenho das atividades ocorrerá sem

